NOVAS REGRAS PARA PRÁTICAS INDIVIDUAIS RESTRITIVAS NA CADEIA AGROALIMENTAR

A partir de 1 de novembro de 2021, tornam-se ainda mais exigentes as regras aplicáveis a práticas individuais restritivas na cadeia de abastecimento agroalimentar. Os fornecedores e compradores ficam obrigados a rever os seus acordos em matérias fundamentais, por forma a vedar a utilização ou divulgação ilegal de segredos comerciais, retaliação contra fornecedores ou proibição da penalização de fornecedores em situações de dificuldades na entrega de encomendas desproporcionadas.

CONTACTOS

CLÁUDIA FERNANDES MARTINS
CMARTINS@MACEDOVIOTORINO.COM

JOÃO COMENDA ANTÓNIO
JCOMENDA@MACEDOVIOTORINO.COM

Esta informação é de carácter genérico, não devendo ser considerada como aconselhamento profissional.

A partir de 1 de novembro de 2021, as regras aplicáveis à proibição de práticas individuais restritivas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar são reforçadas com a entrada em vigor do [Decreto-Lei n.º 76/2021](#), de 27 de agosto, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) [2019/633](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019.

O Decreto-Lei n.º 76/2021 introduz alterações ao [Decreto-Lei n.º 118/2010](#), de 25 de outubro, que define prazos de pagamento máximos para efeitos de pagamento do preço nos contratos de compra e venda ou de fornecimento de bens alimentares destinados ao consumo humano, bem como ao [Decreto-Lei n.º 166/2013](#), de 27 de dezembro, que aprova o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio em geral.

De entre as principais alterações, destaca-se a proibição da estipulação de prazos de pagamento do preço nos contratos de compra e venda ou de fornecimento de bens alimentares destinados ao consumo humano não superiores a 30 dias (exceto quando o comprador seja uma empresa do setor da restauração e bebidas) ou 60 dias (no caso de produtos não perecíveis), consoante o volume de negócios do fornecedor e comprador. A imposição destes prazos de pagamento não prejudica, todavia, a aplicação de medidas contra atrasos de pagamento nas transações comerciais ao abrigo do [Decreto-Lei n.º 62/2013](#), de 10 de maio, o qual se aplica supletivamente, ou a possibilidade de as partes acordarem uma cláusula de partilha de valor.

Estes prazos de pagamento são aplicáveis a fornecedores do setor agroalimentar, organizações de produtores e respetivas associações (reconhecidas nos termos da Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro), bem como a compradores de produtos agrícolas e alimentares ou agrupamentos destes, independentemente do Estado-Membro da União Europeia, incluindo compradores que sejam entidades públicas (administração direta, indireta e autónoma do Estado).

Nas transações comerciais que tenham por objeto produtos agrícolas ou alimentares, são ficam também vedadas as seguintes práticas:

- (a) Notificação do cancelamento de encomendas de produtos perecíveis num prazo inferior a 30 dias antes da data prevista de entrega, entendendo-se como perecíveis os produtos suscetíveis de se tornarem impróprios para venda no prazo máximo de 30 dias após a sua colheita, produção ou transformação;
- (b) Alteração unilateral do contrato relativamente à frequência, método, local, calendário ou volume do fornecimento ou entrega, assim como das normas de qualidade, preços, condições de pagamento ou prestação dos serviços intrinsecamente associados ao contrato;
- (c) Imposição de pagamentos, diretamente ou sob a forma de desconto: (i) não relacionados com a venda de produtos agrícolas ou alimentares do fornecedor; (ii) pela deterioração,

perda ou desperdício de produtos do fornecedor que ocorra nas instalações do comprador, após a transferência da sua propriedade para o comprador, exceto quando o comprador demonstre que tal se deve a negligência, dolo ou incumprimento contratual do fornecedor;

- (d) Rejeição ou devolução de produtos entregues, com fundamento na menor qualidade de parte ou da totalidade da encomenda ou no atraso da entrega, sem que seja demonstrada, pelo comprador, a responsabilidade do fornecedor por esse facto;
- (e) Recusa de confirmação por escrito dos termos de um acordo, quando tal tenha sido expressamente solicitado pelo fornecedor, exceto nas transações comerciais entre cooperativas constituídas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 335/99, de 20 de agosto, ou organizações de produtores e respetivas associações, reconhecidas nos termos da Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro, e os seus membros.

Salvo se previamente estipuladas, de forma clara e inequívoca, no acordo de fornecimento ou em acordo posterior celebrado entre o fornecedor e o comprador, são ainda proibidas as seguintes práticas:

- (a) Devolução pelo comprador de produtos não vendidos, sem efetuar o pagamento desses produtos, ou o pagamento do respetivo escoamento, ou de ambos;
- (b) Cobrança ao fornecedor de um pagamento como condição pelo armazenamento, exposição ou inclusão no inventário dos seus produtos, ou pela disponibilização dos produtos no mercado;
- (c) Exigência de que o fornecedor assuma a totalidade ou parte do custo dos descontos de produtos vendidos pelo comprador como parte de uma promoção, salvo se o comprador especificar antecipadamente ao início da promoção o período dessa promoção e a quantidade de produtos que prevê encomendar ao preço com desconto;
- (d) Exigência de pagamento por parte do fornecedor por publicidade aos seus produtos ou por ações de comercialização que tenham sido efetuadas pelo comprador;
- (e) Cobrança pelo comprador de remuneração devida a pessoal para arranjo das instalações utilizadas para a venda dos produtos do fornecedor.

Por outro lado, são definidas regras relativas à denúncia, investigação de práticas restritivas proibidas. Uma denúncia ou queixa pode ser apresentada à entidade fiscalizadora do Estado-Membro onde está estabelecido o fornecedor ou o comprador suspeito (no caso português, a ASAE- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), sendo tal autoridade a responsável por dar seguimento à queixa (ou decidir não dar seguimento) e pela posterior tramitação do processo. É assegurado direito à confidencialidade da identidade das empresas ou dos associados de associações que apresentem denúncia ou queixa (exceto perante a entidade fiscalizadora).

O Decreto-Lei n.º 76/2021 obrigará, assim, a que os fornecedores e compradores revejam os acordos de fornecimento e de compra e venda de bens alimentares em vigor e procedam às alterações necessárias em conformidade com o novo regime. Os acordos a celebrar a partir de 1 de novembro de 2021 já deverão incluir essas alterações, sob pena de as suas cláusulas serem nulas e de sujeição a sanções, incluindo coimas que podem ir até 2,5 milhões de euros.